



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
1 / 8

Revisão:

1 – Identificação

| | | | |
|-----------------------|---|------------------------|-------|
| Evento | Primeira Audiência Pública referente ao processo de atualização e revisão da Lei Municipal nº 5.890, de 31 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim | | |
| Data | 18/03/2019 | | |
| Horário Início | 18h30 | Horário Término | 21h17 |
| Local | SEMDURB – SALA DE REUNIÕES | | |

2 – Pauta

Apresentação da metodologia de trabalho, análise dos primeiros temas apresentados pela população concernentes ao processo e disponibilização do Espaço Plano Diretor no endereço eletrônico da Administração Municipal.

3 – Discussão

Aos dezoito dias do mês de março de 2019, às 18h30, no Auditório da EMEB Zilma Coelho deu-se início à Primeira Audiência Pública referente ao processo de atualização e revisão da Lei Municipal nº 5.890, de 31 de outubro de 2006, que instituiu o Plano Diretor Municipal e o Sistema de Planejamento e Gestão do Município de Cachoeiro de Itapemirim. Os trabalhos foram abertos com a formação da mesa das autoridades, constituída pelo Prefeito Municipal, Victor da Silva Coelho; pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Jonei Santos Petri e pelo Vereador Pr. Delandi Pereira Macedo. Na sequência foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Em continuidade, o Secretário Jonei Petri apresentou uma retrospectiva das principais etapas que precisaram ser executadas e cumpridas até que se tornasse possível vivenciar o presente momento. Prosseguiu, destacando a grande participação da sociedade na audiência, enaltecendo à importância de que a população possa participar efetivamente de todo o processo nas futuras audiências e oficinas públicas que serão implementadas, com vistas a efetivação do processo democrático necessário a construção do novo Plano Diretor do Município. Agradeceu a participação de todos os presentes, destacando a necessidade de se revisar a Lei Municipal nº 5.890/2006 com seriedade e de forma participativa, em razão da importância do citado regramento para o pleno desenvolvimento do Município com ações planejadas, ressaltando que o novo marco regulatório deve privilegiar o tratamento das pessoas, enaltecendo que as ações governamentais a serem praticadas não podem mais estar voltadas às coisas, por isso considera ser urgente cuidar da mobilidade urbana e de tantos outros temas que afetam a rotina da cidade, a fim de que possa ser criado no Município um arcabouço legal e uma base estratégica alinhada às políticas públicas inscritas no programa de governo e atender as necessidades de todas as pessoas que optaram em estabelecer as suas vidas no território de Cachoeiro de Itapemirim. Finalizou a sua participação agradecendo uma vez mais a presença de todos, passando a palavra ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Victor da Silva Coelho, que iniciou a sua participação manifestando sua alegria em estar diante deste processo tão importante para o futuro do Município. Em continuidade, o Prefeito ressaltou o valor da presença de todos os presentes, vereadores, empresários, representantes de Conselhos Municipais e de lideranças comunitárias, enaltecendo que a contribuição de todos em muito ajudará no futuro da nossa cidade, que apresenta potencialidades para se tornar uma smart city, notadamente com a sedimentação da filosofia de uma cidade inteligente, humana e sustentável que será estabelecida pelo novo Plano Diretor, e que é necessária para consolidar Cachoeiro de Itapemirim como cidade polo para todo o Sul do Estado do Espírito Santo. Corroborou as palavras do Secretário Jonei no sentido da necessidade de se construir uma cidade para as pessoas, cada vez mais humana e agradável para todos que aqui residem ou que simplesmente cruzam as suas fronteiras, finalizando a sua participação, passando a palavra ao Vereador Pr. Delandi Macedo, que iniciou a sua participação ressaltando o valor e a importância do tema mobilidade urbana, destacando que foi instituída na Câmara Municipal uma



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
2 / 8

Revisão:

comissão dedicada ao tratamento específico do tema, enaltecendo que o Legislativo Municipal está sensibilizado no sentido de dialogar e de proceder todas as ações necessárias ao êxito do projeto. Em continuidade, desfez-se a mesa das autoridades e o Secretário Jonei Petri deu por iniciada a Primeira Audiência Pública do Plano Diretor Municipal - PDM, enaltecendo que o novo Plano Diretor será o primeiro a tratar de todo território Municipal e não apenas de sua área urbana, chamando a equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e da Latus Consultoria e Pesquisa para compor a mesa técnica, passando a palavra a Sra. Jacqueline Menegassi, da Latus Consultoria. Na sequência, a Sra. Jacqueline iniciou a sua participação destacando que, em razão da grande dimensão e complexidade do projeto, esta primeira audiência pública tem como objetivo demonstrar a metodologia de trabalho a ser utilizada, exibindo uma apresentação voltada a abordar 4 (quatro) aspectos centrais do projeto: 1. O que é e por que revisar o PDM? 2. Como fazer o PDM? 3. Temas relevantes do PDM e, 4. Expectativas. Prosseguiu, informando que o processo tem início com a análise do cenário atual, a fim de que seja possível um diagnóstico da realidade e a formulação de estratégias que permitam a evolução do Município sob diferentes aspectos, como: a economia, o território, a ecologia, a sustentabilidade, o direito de participação igualitária para todos, salientando que o debate popular consiste na principal ferramenta na produção de um Plano Diretor, por considerar um instrumento de fortalecimento da cidadania mais adequado a promover o desenvolvimento e a gerar qualidade de vida para todas as pessoas com um crescimento efetivamente planejado, uma vez que as políticas decorrem dos desejos manifestos da própria população. Prosseguiu, explanando que os instrumentos de Gestão estão fundamentados no Pacto Social, no planejamento de gestão, no processo democrático de elaboração, no crescimento urbano, na preservação do meio ambiente, entre outros, enaltecendo que o marco conceitual na construção de um planejamento efetivo é o Estatuto das Cidades, Lei Federal nº 10.257/2001, utilizando o macrozoneamento como instrumento urbanístico e o zoneamento como como estratégias para alcançar as metas apontadas no referido regramento federal. Esclareceu que a primeira etapa do processo de revisão diz respeito a uma avaliação do atual Plano Diretor Municipal, a fim de diagnosticar os impactos que ele gerou neste Município, elencando as necessidades e dificuldades geradas na aplicação das políticas nele inseridas relativas ao uso e ocupação do solo. Enalteceu, que a metodologia adotada pela Latus Consultoria prevê a participação popular em diversas fases ao longo do projeto, citando a realização de oficinas temáticas, reuniões setoriais e outras audiências públicas, além do envolvimento da participação do Conselho do Plano Diretor Municipal, de representantes do Ministério Público e de um grupo multissetorial de técnicos da Administração Municipal. Informou que a metodologia de trabalho que prevê uma intensa participação popular tem como um dos seus principais objetivos conferir maior transparência as ações, além de possibilitar que os resultados alcançados representem com maior grau de assertividade os desejos da população. Continuou, explicando que se promoverá uma análise prospectiva a fim de se detectarem possíveis conflitos a serem evitados e potencialidades a serem perseguidas pelo projeto, utilizando-se uma estratégia de consolidação das ações através da efetivação de um pacto social. Ressaltou que cada etapa dos trabalhos será precedida de um diagnóstico de cada tema abordado no Plano Diretor com dados e informações sobre o Município. Informou que o projeto contempla quatro fases: Fase 1: Preparação e Mobilização; Fase 2: Diagnóstico da Realidade Municipal; Fase 3: Objetivos do Desenvolvimento e Proposições e Fase 4: Consolidação do PDM - Elaboração da Lei. Prosseguiu, apresentando uma proposta de cronograma simplificado das ações, enaltecendo que as datas aprazadas poderão sofrer ajustes conforme o andamento dos trabalhos, informando que o objetivo será o de conferir a maior celeridade possível, observando-se a necessidade de se resguardarem todos os parâmetros técnicos do projeto, passando a palavra ao consultor Tiago Rublescki, também da Latus Consultoria, que explanou acerca dos papéis estratégicos e normativos a serem abordados no processo, do meio ambiente, do saneamento e habitação que refletem no uso e ocupação do solo, do mapeamento das áreas de risco, com vistas a produção de diagnósticos e prognósticos, que indicarão os



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
3 / 8

Revisão:

eixos de expansão, as áreas especiais, de adensamento, entre outras informações relacionadas, aptas a descrever o cenário atual do Município, assim como projetar, através de comparações entre dados e informações culturais, socioeconômicas, ambientais e de infraestrutura o que se pretende para os próximos anos. Prosseguiu, discorrendo acerca das premissas e diretrizes a serem observadas contemplando as áreas rural e urbana do território municipal, passando a palavra ao Sr. Emerson, que discorreu sobre os aspectos gerais acerca da proposta do Plano de Mobilidade Urbana, enaltecendo que a Latus Consultoria fará a análise de uma proposta que foi desenvolvida pela empresa Logit Engenharia Consultiva em conjunto de técnicos do Município, apresentando alguns relatórios da referida proposta produzidos à época, como vetores de crescimento, classificação do sistema viário atual, pesquisa origem-destino do transporte público, pesquisa origem-destino do transporte privado, linhas de desejo de transporte privado, passando a palavra ao Sr. Tiago Rublescki que, em continuidade, destacou que foram distribuídos alguns questionários aos presentes, a fim de que possam ser coletadas as primeiras contribuições da sociedade durante esta Primeira Audiência Pública. Na sequência, informou que, em razão da grande participação, não foi possível que todos os presentes recebessem o referido questionário, esclarecendo que, apesar disso, todos poderão efetuar as suas contribuições através do Espaço Plano Diretor, que será disponibilizado a partir do dia seguinte (19/03/2019), no site da Prefeitura, o que possibilitará, inclusive, as pessoas que não puderam participar desta audiência pública também possam contribuir ao responder o formulário eletrônico que será disponibilizado no referido endereço da internet. Em continuidade, franqueou a palavra aos participantes para que aqueles que desejassem pudessem apresentar questionamentos e sugestões: As primeiras contribuições foram dos representantes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Srs. Elias Finamore e José Antônio, que destacaram a importância de que a Administração Municipal aplique políticas públicas efetivas para o tratamento das calçadas municipais. Questionaram acerca das políticas que o novo PDM contemplará e que estarão voltadas a promover a acessibilidade e a inclusão social das pessoas com deficiência, destacando que atualmente não existe nenhum investimento nesse sentido e que o tema não foi abordado durante a apresentação até aquele momento apesar de consistir numa política transversal cuja importância foi inclusive contemplada pela legislação federal. Na sequência, o Sr. José Bessa, destacou a necessidade de que o projeto possa tratar da problemática do acúmulo de água de chuva em alguns pontos específicos da malha urbana, como na região do restaurante Aloísios, Posto Jovino e Trevo da Unimed, solicitando que seja apresentada uma proposta de planejamento de drenagem. Em continuidade, Vereadora Renata Fiório, destacou que entende ser necessário que a equipe técnica da Latus Consultoria possa participar das reuniões do CPDM, considerando importante que a empresa analise a possibilidade de instalar-se localmente durante o prazo de duração do projeto, a fim de melhor entender as realidades do Município. Em relação aos questionamentos apresentados pelos representantes do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, o Sr. Tiago Rublescki, da Latus Consultoria, destacou que o PDM buscará efetivar as políticas de acessibilidade e de inclusão social previstas pela legislação. O Secretário da SEMDURB, Jonei Petri, enfatizou que a Calçada Cidadã será um dos instrumentos de viabilização das políticas de acessibilidade e de inclusão social que serão trazidas pelo PDM e que durante o seu processo de construção serão debatidas como essa ação será implementada. O Sr. Kleber Paiva, SEMDURB, enalteceu que a proposta do Plano de Mobilidade Urbana prevê ações de curto, médio e longo prazo, voltadas a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, ressaltando que o conceito de pessoa com deficiência é muito abrangente e contempla qualquer pessoa que apresente restrições, mesmo que temporárias, na sua mobilidade, como gestantes, crianças e idosos. Finalizou a sua participação, informando que a proposta do Plano de Mobilidade precisa contemplar o que determina a Política Nacional de Mobilidade Urbana, inscrita na Lei Federal nº 12.587/2012, que tem como diretrizes a priorização do transporte público e do transporte não motorizado sobre o individual motorizado, além das demais políticas de inclusão social previstas no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Pessoa com deficiência, informando que um dos



ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
4 / 8

Revisão:

produtos previstos no plano de mobilidade é o Projeto de Revitalização da Área Central, que prevê a adoção do conceito de ruas completas - que contemplam todos os modais: transporte público, transporte individual motorizado, transporte não motorizado (calçadas e ciclovias) e a implantação do primeiro circuito totalmente acessível. A Srta. Sônia Freciano, SEMDURB, destacou que, segundo a própria empresa Latus Consultoria destacou junto à equipe técnica da SEMDURB na primeira reunião interna de trabalho, foi externado que as calçadas refletem o cuidado da cidade com a sua população, enaltecendo que os trabalhos de construção do PDM atual já previam o tratamento das calçadas, destacando a necessidade de previsão orçamentária para que possam ser viabilizadas e implementadas as medidas necessárias ao tratamento das calçadas públicas. Em relação à necessidade de tratamento das águas pluviais em determinadas regiões, o Sr. Tiago Rubescki, da Latus Consultoria, informou que os trabalhos de diagnósticos indicarão as diretrizes necessárias a se construir uma proposta para um plano de drenagem. Em relação a sugestão para que a consultoria instale um escritório regional na cidade, a Sra. Jacqueline Menegassi, da LATus Consultoria, esclareceu que não entende necessário, uma vez que a metodologia de trabalho aplicada permitirá o correto entendimento do Município, tendo em vista que a própria população participará de todo o processo, finalizando a sua participação informando que, pelo fato de que as reuniões do CPDM tratam de temas específicos não entende necessária a participação da consultoria, destacando que o próprio CPDM compõe o conselho responsável por acompanhar o processo de revisão juntamente ao representante do Ministério Público, informando que poderá participar de alguma reunião quando o CPDM deliberar nesse sentido. Na sequência, a arquiteta Jussara Peixoto, SEMMAC, informou que atua na Administração Municipal e também como professora de arquitetura, enfatizando ter trazido 30 (trinta) alunos da sua disciplina em razão da importância do evento, enaltecendo que o momento é propício para o debate de propostas que visam construir uma cidade melhor para todos. Prosseguiu, tecendo uma breve comparação entre Cachoeiro de Itapemirim e Mossoró, a qual, apesar de ser uma cidade muito pobre do Estado do Ceará, apresenta-se bastante organizada sob o aspecto urbanístico, o que entende também será possível aqui através do envolvimento dos cachoeirenses, por ela considerado um povo de brio assim como também o é o da citada cidade nordestina. Destacou que, apesar de ter ficado distante de Cachoeiro por, aproximadamente, 16 (dezesesseis anos), ficou decepcionada com a estrutura da cidade que parece não ter evoluído ao longo desse tempo. Enfatizou que entende ser necessário dotar a cidade de calçadas melhores, de ruas urbanizadas e mais arborizadas, além de investir na educação da população para que cuide melhor do espaço público evitando descartar o próprio lixo nas vias públicas e no leito do Rio Itapemirim. Finalizou a sua participação enfatizando que a condução do processo de atualização e revisão do PDM é um momento de muito orgulho para a atual gestão, uma vez que somente com a participação de todos, novas propostas de solução e de construção de uma nova cidade poderão, de fato, acontecer, parabenizando o Prefeito e convidando a todos a contribuírem ativamente do projeto. Na sequência, o Sr. Bruno Ramos, do Movimento Eu Amo Cachoeiro, manifestou o entendimento de que existem dois tipos de lei: a lei normativa que, no seu entendimento, se presta para reger a vida em sociedade e a lei punitiva, que considera ser aquela norma que é fabricada para deixar o cidadão sempre à margem da lei, uma vez que esta foi criada com o objetivo de não conseguir ser cumprida pelo cidadão. Prosseguiu, discorrendo que aqui na cidade de Cachoeiro de Itapemirim se convive com a realidade de ser cobrado da população a obediência a uma lei punitiva em relação ao PDM, citando como exemplo a ocupação desordenada do solo que considera ter ocorrido dessa forma por permissão da Administração Pública e da sociedade. Manifestou o entendimento de que a população não quer ocupar desordenadamente o solo mas, pelo fato de não conseguir atender ao que determina a lei, acaba por fazê-lo em razão da precariedade documental que aflige a maioria dos terrenos disponíveis no território municipal. Prosseguiu, enaltecendo que, apesar de considerar o atual PDM uma lei punitiva, entende que o atual regramento é positivo por tratar de temas importante como as calçadas, reputando ser mais necessário que se consiga operacionalizar as regras já existentes em vez de planejar



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
5 / 8

Revisão:

novas soluções que poderão nunca vir a serem operacionalizadas de fato, finalizando a sua participação sugerindo que antes de se revisar o PDM seja promovido um grande mutirão para regularização dos imóveis em situação irregular, sugerindo ainda que o processo de tramitação dos pedidos de regularização adotado pela Administração Municipal seja mais célere. Na sequência o Sr. Fernando, indaga sobre como se dará o processo de participação da população no processo de atualização do PDM e quais os critérios serão utilizados para validar as contribuições que serão dadas. Em seguida, o Sr. Bruno Ramos, Movimento Florestas Urbanas, sugeriu que seja implementado um plano para arborização na cidade a fim de se promover melhorias no microclima e do ambiente urbano. Informou que a Unesco preconiza 12 m² de área verde por habitante, esclarecendo que o ideal seria 36 m² de área verde por habitante. Finalizando a sua participação sugerindo que a arborização seja considerada no projeto das ruas e avenidas da cidade. Em prosseguimento a Sra. Cristiane Ramos, informa que tenta legalizar o imóvel da sua propriedade desde 2008 sem sucesso, externando sua preocupação indagando se haverá regras que permitirão a solução para o seu problema. A Sra. Jacqueline Menegassi, da Latus Consultoria, considera que a proposta da audiência pública surtiu efeito em razão do surgimento dos questionamentos e das sugestões apresentadas. Prosseguiu, informando que o tema de regularização fundiária é sempre um tema central na discussão dos planos diretores e que necessariamente será tratado neste projeto. Destacou que as propostas para o novo zoneamento municipal podem solucionar grande parte dos problemas que atualmente afligem a população, como a necessidade de regularização ou o estabelecimento de mecanismos legais. Com relação à indagação de como se dará o processo de participação popular, a Sra. Jacqueline explanou que a ideia é que esta ocorra ao longo de todo o processo, remotamente através do site na internet ou presencialmente através das reuniões setoriais, oficinas temáticas e novas audiências públicas. Destacou que a apresentação veiculada durante a audiência pública e o formulário com as primeiras questões e sugestões de análise poderão ser acessados no Espaço Plano Diretor que se encontrará disponibilizado no site da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. Com relação a questão do microclima, o Sr. Emerson, Latus Consultoria, ressaltou que quanto mais áreas impermeabilizadas forem disponibilizadas, maiores serão as temperaturas da região, com maior suscetibilidade de enchentes e de menor alimentação dos corpos hídricos, enaltecendo que, em razão da complexidade do tema, grandes são os fatores envolvidos para que seja possível estabelecer uma ação voltada ao reflorestamento ou a arborização da cidade. Iniciando a última fase de questionamentos, o Sr. José Elias, parabenizou a equipe da Latus Consultoria, enaltecendo que em muitas cidades de diversos países da Europa como a Itália e até mesmo da América Latina como o Chile existem práticas adotadas de acessibilidade e de sustentabilidade que poderiam ser replicadas em Cachoeiro e por este motivo, entende que poderia ser adotada uma metodologia que permitisse a atuação de experiências diversas na construção do novo PDM. Na sequência, a Srta. Valquíria Volpato, SEMCULT, iniciou a sua participação tecendo algumas considerações acerca do questionamento apresentado sobre a morosidade do tratamento de determinado processo administrativo, destacando a necessidade de que sejam apuradas as razões que acarretam uma maior morosidade na tramitação de determinados processos, a fim de que seja detectado se isso ocorre em razão de possível intransigência do solicitante ou da necessidade de aprimoramento dos procedimentos burocráticos por parte da Administração, enfatizando que, uma vez diagnosticado, a resposta será dada positiva ou negativamente quanto ao atendimento do pleito. Prosseguiu, indagando acerca de qual será o tratamento legal que será dispensado para a situação que aflige o monumento natural do Itabira, a fim de mitigar ou reparar os danos atualmente existentes e para evitar uma maior degradação daquela área, manifestando o entendimento de que não entende como melhor opção que seja referendada a situação dos imóveis já existentes, uma vez que foram edificados com infringência da legislação vigente. Na sequência, o Sr. Francisco Montovanelli, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, parabenizou a Administração Municipal por considerar a revisão do PDM como um marco para a cidade. Enalteceu que a cidade cresceu de modo desordenado prejudicando o desenvolvimento econômico



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
6 / 8

Revisão:

com impactos negativos nas empresas locais e inviabilizado a instalação de novos investidores na cidade. Em continuidade, o Sr. José Arnaldo de Alencar, Associação de Moradores do Bairro Gilberto Machado, manifestou o entendimento que, além do tratamento das calçadas, a cidade precisa de um plano de arborização, uma vez que considera que as árvores não podem ser plantadas sem planejamento, evitando o plantio de espécies não apropriadas que acabam por vir a representar mais um empecilho à mobilidade e mais um problema a ser tratado pela Administração Municipal que, considera, ter o dever de cuidar das árvores plantadas no espaço público. Na sequência, o Sr. Paulo Bento, SEMSET, enalteceu que a cidade de Cachoeiro não cresceu, mas inchou, sugere a implantação do sistema binário como alternativa de solução para o fluxo viário da cidade, a fim de se conseguir fazer com que as vias públicas recebam ciclovias e calçadas adequadas. Finalizou a sua participação convidando a todos a participarem ativamente do processo de revisão e atualização do PDM. Em continuidade o Dr. Wagner Vasconcellos, Promotor de Justiça, inciou a sua participação parabenizando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Prosseguiu, destacando que o processo de revisão de um plano diretor municipal deveria ser algo absolutamente natural na vida de uma cidade, uma vez que considera que toda a cidade possui uma dinâmica extremamente complexa e a lei como todos a conhecem não é suficientemente apta para atender essas vicissitudes e dinâmicas do espaço urbano, sendo este o motivo de que o Plano não é uma lei sádica e recebe a denominação de Plano Diretor. Por essa razão, considera que o processo de revisão é uma decorrência natural do atual Plano Diretor, tendo em vista que o seu texto prevê expressamente tal exigência uma vez atingido o marco temporal, enaltecendo para o fato de que o processo de revisão não seja traumático como talvez possa estar sendo percebido por muitos dos participantes desta primeira audiência pública, em razão dos traumas vivenciados por grande parte da população de Cachoeiro de Itapemirim em função de uma política pública urbana inexistente e que, num primeiro momento, acabou numa tentativa de elaboração de um plano diretor que no curso da história passou por sucessivas alterações indevidas e indesejadas que acarretaram a declaração de inconstitucionalidade de 20 (vinte) leis que alteraram o Plano Diretor Original no ano de 2018, embora o texto do regramento original tivesse o real propósito de atender as necessidades da cidade quando da sua edição. Ressaltou que, ao longo dos últimos 10 (dez) anos se vivenciou uma sucessão de leis que retiraram do PDM o seu propósito original, destacando que todas as leis foram aprovadas pelos então representantes do CPDM e do Legislativo Municipal e que posteriormente foram declaradas inconstitucionais porque, em alguma medida, não observaram alguns valores necessários, como a participação democrática ou a existência de estudos técnicos. Enfatizou que no momento atual não pode mais o Chefe do Executivo ou Secretário dizer ele próprio o que fará no espaço territorial, uma vez que o projeto de revisão de um plano diretor é um processo de construção coletiva. Destacou que, em razão dos motivos expostos, o processo que deveria ser natural na vida de uma cidade se transforme quase que num momento de exorcização de traumas, onde se percebe nitidamente que aquilo que foi proposto enquanto política urbana acabou sendo simplesmente alijado. Prosseguiu, explicando que optou por se manifestar por último a fim de verificar a existência desse sentimento nas pessoas que perceberam nitidamente que de plano o atual regramento só possui o nome, uma vez que cada gestor que ingressava na Administração Municipal dispôs da referida lei como bem desejou para atender os seus próprios interesses, para atender aos interesses econômicos imobiliários de determinados grupos, para atender interesses de determinados particulares e por esta razão o atual Plano Diretor, que deveria orientar, acabou sendo transformado numa colcha de retalhos e, em razão disso, aproximadamente um conjunto de 20 (vinte) leis municipais que alteraram o PDM foram declaradas inconstitucionais. Prosseguiu, destacando que, em razão disso, o atual Secretário da SEMDURB teve como um dos primeiros desafios a superar, como tratar a situação caótica que acabou afetando o atual Plano Diretor deste Município, enfatizando que esse talvez seja um dos principais problemas que se colocam diante do processo de revisão: como agora repensar e pensar o PDM se não se possui uma diretriz mais objetiva e adequada para que esse plano possa surgir. Continuou



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
7 / 8

Revisão:

esclarecendo que, de acordo com todas as manifestações ocorridas durante esta primeira audiência pública, será necessário, ao menos, que se repense a estrutura administrativa que apoia a regularização fundiária, a título de exemplo, uma vez que considera não ser possível pensar em regularização fundiária numa cidade de 200 mil habitantes, como é Cachoeiro de Itapemirim, em que 90% a 95% das propriedades são consideradas irregulares sobre soluções judiciais como a usucapião. Do mesmo modo considera que acessibilidade e mobilidade urbana também precisarão passar por um processo de readequação, destacando que o Plano Diretor Municipal nem precisaria falar sobre acessibilidade uma vez que existem leis federais anteriores a ele e mesmo assim os gestores públicos não promoveram essa política quando teriam a obrigação de o fazer, tratando as calçadas públicas, a título de exemplo, seja pela forma da municipalização ou pela exigência de que o próprio proprietário o faça, o que agora precisará ser decidido no atual processo de revisão. Após essas declarações, fazendo referência as informações apresentadas na audiência relativas à proposta do Plano de Mobilidade, o Promotor de Justiça indagou se os estudos técnicos que embasarão as decisões da consultoria serão disponibilizados à população para análise, inclusive para fins de reflexão conjunta, em razão do fato de que aproximadamente 20 (vinte) leis municipais que alteraram o PDM foram declaradas inconstitucionais no passado em razão da falta de estudos técnicos. Com relação as indagações da Srta. Valquíria, a Sra. Jacqueline, Latus Consultoria, explicou que a tendência é a de que se busque regularizar as situações que já se encontram consolidadas, destacando à necessidade de que se possa compreender efetivamente cada caso para que se possam apresentar propostas de tratamento e de solução. Em relação a disponibilização dos estudos técnicos, informou que todos serão disponibilizados, destacando que o material da apresentação desta primeira audiência pública já estará disponível no Espaço do Plano Diretor no dia seguinte, 19/03/2019, na página da Administração Municipal. Finalizou a sua participação manifestando o entendimento de que esta primeira audiência pública foi um sucesso em razão das demandas e expectativas externalizadas pelos participantes, mesmo em se considerando as dificuldades e contradições, uma vez que se possibilitou a identificação de uma série de temas a serem tratados. Desta forma, prosseguiu a representante da Latus, mesmo que se considere que alguns assuntos, como o tratamento das calçadas, possam não constituir um tema de plano diretor, tendo em vista as manifestações da população, este será uma das diretrizes de uma política pública que precisará ser tratada no PDM; da mesma forma, continuou, a regularização fundiária também não constitui tema de plano diretor, mas, pelos mesmos motivos, implicará numa diretriz que deverá ser prevista pelo PDM, finalizando a sua participação e passando a palavra para que a equipe técnica do Município se manifestasse em relação à disponibilização do material concernente aos estudos técnicos relativos à proposta do Plano de Mobilidade. Ato contínuo, o Sr. Kleber Paiva, SEMDURB, explicou que todos os materiais que serão utilizados durante as audiências e oficinas serão disponibilizados na página da Administração Municipal pela DATACI, empresa pública do Município que está sendo parceira do projeto e que possibilitará que o formulário impresso distribuído durante a audiência pública, por exemplo, possa ser acessado e preenchido eletronicamente na própria página da internet no Espaço Plano Diretor, que foi especialmente disponibilizado para conferir maior transparência aos trabalhos e, também, para possibilitar uma maior participação da população, tendo em vista que mesmo aquelas pessoas que não puderam estar pessoalmente presentes nas audiências e oficinas poderão contribuir ativamente acessando o site. Prosseguiu, esclarecendo, em relação à disponibilização dos estudos relativos ao Plano de Mobilidade, que o Município já possui uma proposta formatada há aproximadamente 3 (três) anos, que contempla aproximadamente 28 produtos e 205 ações, e que foi construída por intermédio de um processo similar ao que está sendo agora adotado para a revisão do PDM, com participação popular em audiências públicas e oficinas temáticas, através de uma decisão do Governo do Estado do Espírito Santo, ainda no primeiro mandato do Governador Casagrande, no sentido de disponibilizar para 6 (seis) municípios considerados polos regionais, sendo Cachoeiro de Itapemirim uma dessas cidades, consultoria especializada para o desenvolvimento de planos de



Prefeitura Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim

ATA DE REUNIÃO

Código:
AUDIÊNCIA PÚBLICA 01

Folha:
8 / 8

Revisão:

mobilidade e de projetos estruturantes de transporte público e mobilidade através da contratação da Logit Engenharia, que atuou na nossa cidade em conjunto dos técnicos da Administração Municipal. Prosseguiu, destacando que, devido ao lapso de tempo transcorrido desde a apresentação da proposta original, tornou-se necessário que os produtos e ações nela previstas seja analisadas pelo Executivo, a fim que possa ser verificada a necessidade da promoção de ajustes, com a inclusão ou exclusão de produtos, ações e, ainda, possam ser definidos os conjuntos de ações que serão definidos no curto, médio e no longo prazo, conforme a disponibilidade de recursos, citando como exemplo a implantação de ciclovias, prevista no projeto original para ser disponibilizada em três etapas, a primeira delas dentro de um produto denominado Revitalização da Área Central, que prevê a adoção de ruas completas, que são ruas que contemplam todos os modais de deslocamento: transporte público, transporte individual motorizado e transporte não motorizado, inserindo-se neste último o tratamento das calçadas e a instalação da primeira parte do circuito cicloviário. Desta forma, prosseguiu, o Executivo analisará se a implantação do projeto cicloviário ocorrerá ou não em três etapas, podendo esse prazo ser reduzido ou elástico, esclarecendo que essa análise se estende a todos os produtos e ações previstas no projeto original e inclusive a produtos e ações que não estão originalmente previstos e que poderão ser incluídos na proposta final. Continuou, ressaltando que, como essa análise e validação que está sendo feita pelo Executivo implica na alteração da proposta original, será necessária a realização de novos estudos técnicos e de novas audiências públicas em que seja proporcionado o devido debate popular antes de que a nova proposta para o plano local de mobilidade urbana possa ser implementada. Finalizou a sua participação informando que todo o material relativo ao processo de construção da proposta original do Plano de Mobilidade está disponível na SEMDURB, não tendo sido totalmente disponibilizado no site da Administração Municipal em razão do seu grande tamanho, salientando que os estudos técnicos que o embasam ainda são considerados atuais, tendo em vista que foram concluídos há, aproximadamente, 3 (três) anos. Em continuidade ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Jonei Petri, ressaltou que ficou muito satisfeito com o cumprimento desta primeira etapa do processo de atualização e revisão do Plano Diretor Municipal em razão da participação e do nível das manifestações nesta primeira audiência pública, mesmo que não tenha sido possível, neste primeiro momento, atender a um número maior de participantes, salientando que ao longo de todo o processo serão oportunizados novos momentos de participação da sociedade para debate de todos os temas pertinentes ao PDM. Finalizou a sua participação, enaltecendo que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, em nome da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim agradece a presença de todos que participaram desta 1ª Audiência Pública do processo de atualização e revisão e nesta oportunidade reitera o convite a todos para participarem das oficinas técnicas e audiências públicas que serão oportunamente realizadas.....

LISTA DE PRESENÇA "AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL"

18/03/2019

| NOME | ENTIDADE | TELEFONE | E-MAIL |
|-------------------------------|------------------|-----------------|--|
| Kleber Caden Pavao Paula | SEMDURB | 9953-6168 | KLEBERMPAVAO@GMAIL.COM |
| JONEI S. Petri | SEMDURB | (28) 99987-8828 | joneipetri@gmail.com |
| Silviana Reis | Hospital Inf. | (28) 99925-9898 | engenharuaciefuface.br |
| João C.R. Gasparini | CAU-ES | (28) 99884-7989 | gasparini@bol.com.br |
| Tiago DSAKIS | METRO | (28) 99964-7081 | tiago.dsakis@hotmail.com |
| Karla Belone | DAB | (28) 99956-4144 | karlabelone@hotmail.com |
| Ana Paula Castelo | DAB/ES | (28) 99935-1916 | anapcastelo@gmail.com |
| GELSON REIS | EAC | 28 999489033 | FERNANDO REIS REIS @GMAIL.COM |
| JOÃO VICTOR LOUZADA | EAC | 28 99966-7004 | JOAOVICTOR@ANDRECCI.COM.BR |
| MARCELO VINCENI | DIATACI | 27-888861415 | marcelo.vinceni@diat.aci.br |
| Rodrigio Domingues Caldeira | Câmara Municipal | (28) 99993-8614 | rodriгодomingues@gmail.com |
| Tania M ^{te} S. Lima | SEMDURB | (27) 99628-3068 | taniamasilveira@gmail.com |
| VICTOR WELT | CABINETE | 3155-5280 | ASSESSORIA VICTORWELT@GMAIL.COM |
| CAIO BRUNO DILEM | SEMO | 99936-2488 | caiodilem@gmail.com |
| Jabio Garada Silva | SEMUS | 99918-1977 | gabioambiental@gmail.com |
| João Costa de Sá | MESSES | 999137629 | joaocosta@gmail.com |
| Diego Alves Gato Grandolini | UNIMED | 99883-3560 | diegoalvesgato@gmail.com |
| Luciana da Silva | SEMDURB | 999 | semdurbgab@eachoice.com |
| Fernanda Merchid Martin | SEM CULT | 99885-0664 | fernandapianista@gmail.com |
| João Paulo R. dos Santos | AMOJARDIM | 999380403 | joaopaulo-esd@hotmail.com |
| Ramon R. dos Santos | COM. B. P. D. | 99882-9735 | |
| RAMON AZGONZ GORBETZ | SEM DEC | 99940-3582 | R.GORBETZ@HOTMAIL.COM |
| SERGIO COELHO DE ALMEIDA | DESPACHANTE | 99884-5604 | SERGIO COELHO DE ALMEIDA R. FE. CARLOS COSTA JUNIOR |
| João Henrique M. Marinato | SEMDURB | 99883-2532 | marinato.cof@gmail.com |
| João de Deus VIEIRA | EAC | (28) 99638-8469 | joaodeusvieira@gmail.com |
| ATHOS ALVES | SEMSET | (28) 999076130 | athosalves2003@gmail.com |
| Aninha da P. Gonçalves | ambulante | 28 999 195778 | Aninhagondes@gmail.com |
| Jennifer C. Oliveira | Spaci | (28) 99883-6421 | jennifer-we@hotmail.com |
| Guilherme Cavaco | JURINA | 999459261 | guilhermecavaco@gmail.com |
| Marcio D. Tavares | AGERSA | 99985-8695 | marcio@agersa.com.br |
| Ilvane M.R. Senbs Lep | SEMDURB | 99956-9492 | ILVANE DILEM@GMAIL.COM |
| Antonio H. W. Mattelli | SEMDURB | 994023098 | h.w.mattelli@diat.aci.br |
| Elio Carlos Miranda | Câmara | 999205762 | eliomiranda@gmail.com |
| Elior Finamor | MOVA SR | 999149394 | Elior Finamor@gmail.com |
| PAULO A.X. BENTO | SEMSET | 999566061 | PAULOXBENTO@TEMA.COM.BR |

| | | | |
|-----------------------------|------------------|----------------|-----------------------------------|
| Kaio Fernando Apolini | OAB | 28 9994-2065 | KAIO@AVTUAADVOCACIA.COM.BR |
| Milas Alves | STUDANT | 28 98117 7990 | MILASALVES@IG.COM.BR |
| Jose Fede de Sousa | TRAC | 21-98135002 | fedede@52@gmail.com |
| Márcia DEBONA | IGREJA CATOLICA | 28 992316691 | marciadebona@gmail.com |
| Márcia Fabiane Stalobin | Escola Católica | 28 992566272 | marciastalobin@gmail.com |
| Guilherme de C. Brand | Logística | 28999297263 | nomeadiv@Hotmail.com |
| Anderson J Zambon | Unepol | 987817090 | Majodorenho@gmail.com |
| Bruno de Jesus Ramos | Eu Amo Cachoeira | 9.9923.5966 | brunodejesus@gmail.com |
| Roberto CASAS | FARMOPOL | 99947-6005 | Roguo.casas@gmail.com |
| MARCO AURELIO S. B. | AMBULANTE | 99883-6527 | MARCSOL.BRINQUEDOS.2012@gmail.com |
| DIZES PRATER CHAMON | ADVOCADO | 99885-4466 | PRATERCHAMON15@HOTMAIL.COM |
| Jose Santiago de Lima | FNCA/SEM | 999176368 | semosecretan@eachoeira.br |
| Ruy Ouedes Z. JR | SEMSET/PMCA | 999556669 | 2625_1562@GMAIL.COM |
| Bruna Lante Brandão | CÂMARA | 28999085294 | brunabranda@hotmail.com |
| Felipe Fontenejo Gomes | Câmara | 28999046389 | felipe.gomes@hotmail.com |
| Wesley Mendes | Sind. Rural | 992741706 | wesley@eachoeira.com |
| Sebastião de O. Almeida | SEMSET | 28998857542 | almeida156176@gmail.com |
| MARCELO A. MACHADO | SEMST | 99889.923 | MARCELO.A.MACHADO@YALHO.COM.BR |
| Renata Simão | Vereadora | 993187520 | |
| Estelina Marques Alves | Vereadora | (28)9963-771 | ESTELINOMARINATO@gmail.com |
| Fátima Pereira | STUDANTE | (28)99085-998 | |
| Wesley Dias Vicente | OAB | (28)99977-1450 | DDVADVOCACIA@GMAIL.COM |
| JAIRO F. DI GIACOMI | SINDISCOM | (28)999851094 | coadilgo@Sind. W. Di. Giacom. com |
| Alvone Lopes Lucas | SEMDURB | 999865669 | |
| Patricia Batista Moraes | SEMDURB | 999149763 | |
| ERICKSON M MOZER | EU AMO CACHOEIRA | 9999215+ | ericksonm@Gmail.com |
| Leopoldo J. Costa | SEMDURB | 99902-3076 | leopoldo.costa@hotmail.com |
| Felipe Rodrigues de Almeida | SEMDURB | 999253663 | FelipeRodrigues@Gmail.com |
| William J. Miranda | SEMDURB | 999029923 | WJF |
| Magnus Costa | SEMDES | 999198-200 | MAGNUS.MC@GMAIL.COM |
| Márcia dos Santos | ARTISTA 3D | 999793049 | MAICOM.DOLDORES2@GMAIL.COM |
| Magali C. Andrade | SEMMAG | 99943-3118 | mamalexia@hotmail.com |
| ALEXANDRA VITORIA | SEMMAC | 3155-5280 | ALEXANDRAVITORIA@GMAIL.COM |
| André Rubim Mattos | DATAEI | 999177582 | AndreRubimMattos |
| Reinoldo João de S. | SEMDURB | 99882-7231 | r.reinoldo@yaho.com.br |
| Andressa Colombaro | SEMMIA | 99885-0846 | andcolombaro@tel.com.br |
| DENCLAIR E. A. JUNIOR | BUS/SEMUS | 28 99955-4452 | denclaurwet@gmail.com |

| | | | |
|---------------------------|-----------------|-------------|--|
| FADÉL F. de Souza | 28 999434753 | AMBULANTES | FADÉL SOUZA .FD@GMAIL.COM |
| Eluzia Miranda S. Pereira | 28 99973-2023 | SPACE | eluzia.miranda@gmail.com |
| Tobias Bozzi Pascoal | 28 99996-3837 | ESTUDANTE | TobiasBozzi15@Outlook.com |
| Esteliana Pirgovani | 28 99969-8808 | Cigana | esteliana.agersa@gmail.com |
| CONSTANTINO ATHANAZIO | 28 99919-8013 | COERENTE | ATHANAZIO.TRANSITO@GMAIL.COM |
| MARCON ALMEIDA | 28. 99976-7812 | SEMTRA | MARCONALMEIDAES@GMAIL.COM |
| Wilson Dilloni | 28. 99919-8071 | | WDILLONI@GMAIL.COM |
| Vagner A. de Souza | (28) 99882-2805 | PGM | Vagner.Souzaadu@gmail.com |
| Antonia M.M. Brito | (28) 31555200 | SEMDURB | antonia.maralabrito@gmail.com |
| Bruna Rosa de Brito | (28) 31555200 | SEMDURB | - |
| Jenilee Pontini | 99999-3866 | Câmara | leepontini@gmail.com |
| Paula Sérgio de Almeida | 93545-0085 | Câmara | PAULASERGIO8027@GMAIL.COM |
| JESE EUAS MUSSI | 28 98111.6665 | ARQUITETO | JEMUSSI@GERRA.COM.BR |
| Luizão Mendes | 28 999170631 | Perceção | luizao_topconstrucao@imoveisfg@gmail.com |
| Margarete F. Rompão | 28 99963566 | Construtora | topconstrucao@imoveisfg@gmail.com |
| Delandi Machado | 28 999467676 | Vereador | delandi20@gmail.com |
| Spri Bessa dos Silveira | 27 99558-4100 | DATAFI | SPRI.BESSA@DATAFI.FS.GOV.BR |
| Elan P. de S. W. L. | 22 595381717 | DATAFI | elan-w@alcatraz.gov.br |
| Romulo J. de Paula | 28 999999984 | DATAFI | RomuloJPaula@GMAIL.COM |
| Jaqueline R. de Paiva | 99956-4870 | SEM CULT | val.velpato@gmail.com |
| Carlos H. Salgado | 98804-6323 | DATAFI | carlos.salgado@datafi.es.gov.br |
| VALTER DUARTE | 981115140 | ARQUITETO | - |
| Nathalia Imperio de Paula | 999147663 | ESTUDANTE | nathaliapelo@hotmail.com |
| Juciana Peixoto S. Moura | 3155 5280 | SEM MAL | juciana.peixoto@gmail.com |
| Luana Fonseca | 3155-5280 | GAP | luana.fonseca@gmail.com |
| Marcos Santos Mozele | (28) 99964-3555 | chequeiro | MARCOS S MOZELI @GMAIL.COM |
| FRANCISCO MONTOUVANHO | 28 99925569 | SEM DCC | MONTOUVANHO@G.COM.BR |
| Lara Sandrini Assis | 28 35212001 | DATAFI | LARA.SANDRINI@DATAFI.FS.GOV.BR |
| RONALDO XAVIER | 28 999959890 | FAMUPOCI | XAVIER RONALDO@GMAIL.COM |
| maíra Borges Camargo | 28 99953-4184 | SEM DCC | borges.maip@GMAIL.COM |
| João Antonio Buzor | 28 999820090 | SEMDURB | - |
| EDEN B. DA FONSECA | 99967-7008 | SEM FA | Eden B. da Fonseca |
| Astor Dilem Junior | 99963 4956 | Eng. Civil | Astor Dilem Junior |
| RENATO FIBRID ENGR | 99935-4610 | ENGR. | Renato Fibrid |
| EDGAR Fiorini Bissotto | 999550236 | SEMTRA | - |
| Deborah Gaspari | 99926-4549 | América | Deborah G. de Souza |
| GABRIEL FURTADO | 99948-1126 | AMERICA | Gabriel Furtado |

